

Aos trinta dias do mês de Março do ano de mil novecentos e oitenta e três, nesta cidade de Aveiro e Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal em sessão ordinária, sob a Presidência do Presidente, Francisco Fernando da Encarnação Dias, secretariado pelos Vogais António Rodrigues Garcês e João Barreto Ferraz Sachetti Malheiro Távora, respectivamente primeiro e segundo secretários eleitos e com a presença dos Vogais Henrique Manuel Marques Domingos, José Luís Rebocho de Albuquerque Christo, Manuel Maria de Melo Alte da Veiga, Albertino Moreira de Oliveira, Carlos Vicente Ferreira, Eduardo António Ramalheira, António Manuel de Carvalho Serra Granjeia, Maria Helena Dias Camelo, António Adérito Brás Coelho e Silva, Ernesto Carlos Rodrigues Barros, João Pereira Soares, Gilberto Parca Madail, Maria Fernanda Figueiredo Gonçalves Neves, Carlos Júlio Lourenço Paciência, Fernando Queirós de Almeida e Silva, António José Valente, Silvério Conde Teixeira, Ulisses Manuel Brandão Pereira, Maria de Fátima Cardoso de Faria Tavares, Jaime Rodrigues Machado, Fernando Augusto de Oliveira, Eugénio Martins das Neves, Manuel Branco Pontes, António Ferreira da Silva e Manuel Gaspar Fernandes.

Pelas 21 horas, o Presidente declarou aberta a presente reunião.

Verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais António Manuel Pinto Soares Machado, Maria Josefa Pimentel Martins Cipriano, Fernando da Conceição Mendes, Maria Antónia Corga de Vasconcelos Dias Pinho e Melo, Lúcio de Jesus Lemos, António Correia Marques da Silva, Manuel Simões Madail, João Gama da Silva Matias, Jaime Ferreira Marques Vieira, Manuel Pereira Cabral Monteiro e Celestino Alberto dos Santos Antunes.

Imediatamente a seguir, o Presidente deu nota dos pedidos de justificação de falta apresentados pelos Vogais Fátima Cardoso de Faria, Rocha Andrade, Lúcio Lemos, Ulisses Manuel Brandão, Celestino Antunes, Gilberto Madail, Eduardo Ramalheira e Maria Antónia Pinho e Melo, que foram aceites, pelo que se consideraram justificadas as respectivas faltas.

Neste momento, deram entrada na sala os Vogais Domingos Maia e António Sancho.

Thiery 2.
[Signature]

Ainda no uso da palavra, o Presidente pôs à votação as actas n.ºs. 8, 9, 10 e 11.

ACTA Nº 8: - Posta à discussão, tomou a palavra o Vogal Ulisses Manuel para manifestar o desacordo da bancada do PSD, relativamente ao teor do texto da acta, na página 13, onde se lê "...tendo sido marcada reunião onde estariam representados todos os grupos parlamentares que compõem a Assembleia Municipal...", dado não ter sido esse o sentido da proposta apresentada, aquando do debate sobre o capítulo XX - Cultura, do Plano de Actividades da Câmara para o ano em curso.

Após breve troca de impressões, com a intervenção daquele Vogal e do Presidente, foi posta à votação a referida acta, tendo sido aprovada com 21 votos a favor e 9 abstenções, ficando, no entanto, salvaguardada qualquer alteração ao citado texto, após audição da gravação da reunião.

ACTA Nº 9: - Posta à discussão e votação e, dado que ninguém usou da palavra, foi a mesma aprovada com 26 votos a favor e 4 abstenções.

ACTA Nº 10: - Posta à discussão, tomou a palavra o Vogal Fernando Almeida e Silva para solicitar esclarecimentos relativamente à omissão da resposta do Presidente da Câmara em exercício no concernente às questões formuladas sobre o tratamento de águas, perguntando, ainda, porque motivo quem elabora as actas, omite, à vontade, sem responsabilidade, ou por sobrecarga de trabalho ou ainda por falta de condições de audição, as respostas dadas pelo executivo.

Também no uso da palavra, o Vogal Carlos Paciência manifesta o seu desacordo perante a transcrição dada à intervenção do Vogal Helder Filipe, situada na folha nº 6 da acta nº 10, porquanto, quando se lê "...ao criticar a ausência de funcionários da Câmara Municipal documentados para prestar os esclarecimentos solicitados ...", tal transcrição não corresponde ao sentido da citada intervenção, uma vez que, tal crítica, é dirigida ao executivo e não aos funcionários.

Entretanto, deram entrada na sala os Vogais Carlos Candal, Helder Filipe e Rui de Brito.

De imediato, o Presidente, após referir o disposto no Regulamento, na parte correspondente à elaboração das actas, e por se constatar as dificuldades de sintetizar o essencial das discussões, e porque tal síntese, fica ao critério dos funcionários, as actas só serão aprovadas desde que não sejam propostas quaisquer alterações ao seu texto.

De imediato, o Vogal Fernando Almeida e Silva rejeita a

F. Silva
B.

afirmação do Presidente, quando diz que a síntese das reuniões ficará ao critério dos funcionários, dado que, os mesmos deverão traduzir, ainda que em síntese, o essencial das discussões, não podendo ocultar, alterar ou omitir qualquer tipo de intervenção.

De novo no uso da palavra e para complementar a sua intervenção, o Presidente esclarece que, no critério da elaboração das actas, não poderá ser alterado, adulterado ou omitido o sentido de cada intervenção.

Face às observações efectuadas e para melhor esclarecimento, o Presidente sugeriu que, os Vogais que usaram da palavra, demandassem os serviços da Secretaria da Câmara, a fim de ouvirem as gravações para que, posteriormente, se proceda às devidas correcções.

Após a discussão, foi posta à votação, sob condição, a acta nº 10, tendo merecido aprovação com 21 votos a favor, 1 contra e 11 abstenções.

O Vogal Jaime Machado, no uso da palavra, fez a seguinte declaração de voto: " A minha abstenção deve-se ao facto de não ter participado nesta reunião."

ACTA Nº 11: - Posta à discussão, tomou a palavra o Vogal Fernando Almeida e Silva que, após referir que o protesto formulado aquando da aprovação da acta nº 7, relativamente ao diálogo que teve com o Sr. Presidente da Câmara sobre o saneamento e abastecimento de água e a conclusão do mesmo não se encontrava explícita, perguntou quem é o responsável pela elaboração das actas, que omite e distorce o sentido dos debates. Mais perguntou, porque motivo, depois de ter apresentado o citado protesto, tanto o Presidente como os secretários da Assembleia, apresentam esta acta para aprovação, tal qual está redigida.

Perante tal situação, perguntou se, porventura, haverá colaboracionismo por parte da Mesa, para que se continuem a verificar tais ocorrências.

Após tecer algumas considerações relativamente às más condições de trabalho com que se debatem os funcionários para prestarem o apoio necessário à Assembleia Municipal, para que esta funcione com dignidade e funcionalidade, propôs que fosse criada uma Secretaria da Assembleia Municipal.

Ainda no uso da palavra, mais disse o mesmo Vogal: " Na acta nº 7, eu tive um diálogo, agora isto é grave Sr. Presidente, e eu queria que isto ficasse registado e transcrito, textualmente, em acta, a interpretar o Sr. Presidente da Câmara sobre os terrenos adquiridos pela Câmara, sobre o Centro Desportivo de S. Bernardo. O Sr. Presidente da Câmara afirmou, o Sr. Dr. Girão Pereira, que o Centro Desportivo de S. Bernardo tinha entrado com oiten-

Thury.4.

ta ou cem contos. Eu disse nessa reunião que não tinha percebido nada da explicação do Sr. Presidente e pedi novo esclarecimento. O Sr. Presidente da Câmara explicou, explicou, e cheguei ao fim, virei-me para os meus colegas da bancada do PSD, tudo ficou na mesma. Então a bancada do PSD -eu subscrevi em nome da bancada do PSD- um requerimento a pedir as fotocópias das escrituras das compras desses terrenos para saber -não é pela dúvida da compra- para saber onde estavam metidos os 100 contos, 80 contos do Clube Desportivo de S. Bernardo. Estão aqui as fotocópias das compras das escrituras e eu não vejo nada sobre o Centro Desportivo de S. Bernardo, das compras, do dinheiro que ele entrou. Porque é que isso foi omitido, integralmente omitido, textualmente nulo, o que eu perguntei ao Sr. Presidente e o diálogo que ele manteve comigo. Mais, porque é que foi omitida a resposta do Sr. Presidente da Câmara em exercício sobre as águas. Porque é que foi omitido, outra vez, na acta nº 11, o meu protesto sobre a omissão da acta nº 7, sobre o compromisso que a Câmara tinha assumido, através do Sr. Presidente, no cumprimento do Regulamento Geral das Edificações Urbanas quanto ao saneamento. Tenho a impressão que há qualquer coisa por detrás disto, ou então, digamos, o azar dos funcionários na elaboração das actas é tanto que bate tudo certo, é sincronismo de azar. Eu estou um bocado exasperado, porque eu sou principiante nestas andanças da política municipal e, logo por azar, encontro uma série de factos em que há omissões sérias. Eu gostaria que o Sr. Presidente, pelo menos a Mesa, não deixasse que houvesse mais colaboracionismo, nestas omissões e nestas, digamos, alterar o que aqui é dito na transcrição para as actas."

Entretanto, deu entrada na sala o Vogal Rocha Andrade.

Imediatamente a seguir, tomou a palavra o Vogal Carlos Paciência para solicitar a transcrição na acta, da resposta dada pelo Sr. Chefe da Secretaria à pergunta que formulou relativamente à correspondência de determinadas verbas entre o Orçamento da Câmara e o dos Serviços Municipalizados.

Relativamente à omissão, sistemática, das respostas dadas pelo executivo, discorda que tal se verifique, porquanto, nem sempre as mesmas obtêm resultados esclarecedores, manifestando, ainda, o seu desacordo quando se diz na acta, que os esclarecimentos prestados pelo Sr. Chefe da Secretaria o foram baseados na lei, dado que, em sua opinião, alguns assentavam em formalismos ou na melhor maneira para a Câmara de elaborar o Orçamento.

De seguida, o Presidente apresenta, por parte da Mesa, a rejeição das insinuações feitas pelo Vogal Fernando Almeida e Silva, relativamente a qualquer situação de colaboração em eventuais alterações, omissões ou deturpações dos debates e das respectivas transcrições para a acta.

Handwritten signature and the number ".5." in the top right corner.

Também no uso da palavra, o Chefe da Secretaria, ao referir a gravidade das palavras proferidas pelo Vogal Fernando Almeida e Silva e as consequências a que tais palavras poderão conduzir, informa que, a elaboração das actas, obedece a um critério adoptado por mandatos anteriores da Assembleia Municipal, discordando, portanto, das afirmações efectuadas quanto a alterações do sentido dos debates.

Mais informou que, dada a dificuldade de sintetizar tudo o que se passa em cada reunião, o procedimento futuro será transcrever, integralmente, todas as intervenções verificadas em cada reunião.

Relativamente à observação efectuada pelo Vogal Carlos Paçiência, no que se refere à legalidade ou oportunidade da elaboração dos orçamentos, volta a afirmar que, todos os esclarecimentos prestados, foram baseados, tão só, na legalidade.

De imediato, o Vogal José Luís Christo, no uso da palavra, ao manifestar a sua opinião relativamente à existência de isenção, tanto dos funcionários como dos membros desta Assembleia e, sem querer advogar a defesa, tanto da isenção como da acusação efectuada pelo Vogal Fernando Almeida e Silva e, porque uma acta deve ser um documento onde se registre o resumo da substância dos debates, que por vezes se torna difícil tarefa, sugeriu que, de futuro, todos os membros desta Assembleia, após receberem os projectos de acta, se certifiquem do seu conteúdo e se, porventura, se verificar a não correspondência entre o que foi dito e o citado resumo, solicitem, junto dos correspondentes serviços, a devida correcção.

O Vogal Carlos Candal, também no uso da palavra, após obter algumas informações prestadas pelo Chefe da Secretaria relativamente à preservação e durabilidade das gravações, teceu algumas considerações sobre a matéria, salientando a dificuldade, natural, de se sintetizar os debates.

Ainda no uso da palavra, o mesmo Vogal, sugeriu que, a Mesa, dimanasse um provimento no sentido de que as gravações sejam arquivadas e preservadas durante um período de 6 anos, ficando salvaguardado qualquer requerimento, tanto dos Vogais desta Assembleia como de qualquer município no sentido de obter extractos de determinadas passagens da gravação.

Mais sugeriu que fosse alterado o encerramento das actas, porquanto, entende estar o mesmo incompleto, e que poderia passar a vigorar nos seguintes termos: "...se lavrou a presente acta de tudo quanto se passou e que, no que for omisso, melhor poderá ser confrontado pela gravação que foi elaborada."

Neste momento, deu entrada na sala o Vogal António Alves.

Handwritten signature and number 6.

De novo no uso da palavra, o Vogal Fernando Almeida e Silva, ao reportar-se à sua anterior intervenção, reforça a mesma, não no sentido ofensivo, mas sim com a intenção de dignificar os trabalhos da Assembleia bem como da municipalidade aveirense, acrescentando no entanto que, face às precárias condições de trabalho, por si constatadas, não conseguiria fazer melhor do que o até agora realizado pelos funcionários adestrados a estas funções. Entretanto, pediu desculpas, se porventura, as palavras por si proferidas, foram consideradas ofensivas, pois que, não era esse o sentido das mesmas.

Relativamente à elaboração de futuras actas, corrobora as palavras proferidas pelos Vogais José Luís Christo e Carlos Candal, porquanto, se as mesmas contiverem o resumo das reuniões e, ficando salvaguardada qualquer consulta às gravações, face aos termos propostos para o seu encerramento, obstar-se-á a que surjam futuros mal entendidos.

Também no uso da palavra, o Vogal Henrique Domingos, após tecer algumas considerações sobre a matéria em discussão, propôs que, de futuro, se mantivesse o sistema de elaboração de actas até agora utilizado e, sempre que surjam quaisquer observações sobre a redacção de determinada intervenção, a mesma seja alvo de rectificação na acta seguinte, nos precisos termos em que estiver gravada.

De imediato, o Presidente, face aos pedidos de alteração atrás solicitado, sugeriu que, a aprovação da acta nº 11, ora em discussão, fosse adiada e que, à mesma, fosse dada nova e mais completa redacção, para o que obteve consenso do plenário da Assembleia.

Seguidamente, deu-se início ao Período de Antes da Ordem do Dia.

O Vogal Ulisses Manuel, no uso da palavra, colocou algumas questões relacionadas com trânsito nas artérias da cidade, nomeadamente, a indevida ocupação da via pública pelos empreiteiros; a necessária reposição de pavimentos com a maior brevidade possível após a sua destruição; a revisão da sinalização designadamente no entroncamento da Avã Dr. Lourenço Peixinho e o acesso à Passagem Inferior de Esgueira bem como a regularização do estacionamento junto à Estação dos Caminhos de Ferro; a revisão do sistema de paragens dos autocarros dos transportes colectivos pelo mau funcionamento de tráfego que provocam e, ainda, que se tomem as devidas providências no sentido de beneficiar o piso, demasiado irregular, da passagem de nível junto ao Cemitério Sul.

Ainda no uso da palavra, o mesmo Vogal, ao elogiar o elevado nível cultural atingido pela Exposição "100 ANOS DE ARTES PLÁSTICAS", realizada no Salão Cultural do Município, sugere que, através desta Assembleia, fos

Thiny .7.

se dimanado um voto de muito agrado à sua Comissão Organizadora.

De imediato, o Vogal Rocha Andrade citou a aprovação, por esta Assembleia, da construção de um terminal aéreo em S. Jacinto para, de seguida, recordar, com mágoa, a ocorrência de uma tragédia na entrada da Barrade Aveiro, cujas consequências envolveram questões humanitárias e graves prejuízos financeiros.

Apresentando tais questões paralelamente, quis salientar, tão só, a necessidade de que, prioritariamente à construção de um terminal aéreo em S. Jacinto, se devem desenvolver todos os esforços no sentido de serem criadas condições de apoio a tais situações, dispondo, para tanto, de meios logísticos, nomeadamente um helicóptero-puma preparado para eventuais casos idênticos.

Optando por tais medidas, considera, serem as mesmas mais realistas, humanitárias e menos poéticas.

Ainda no uso da palavra, teceu algumas considerações sobre a Lei das Autarquias, classificando-a de lei inacabada, porquanto, continua a Câmara Municipal a ser o órgão da administração local com mais projecção nomeadamente pelas suas infraestruturas. Sendo, como é, o órgão deliberativo do Município e pela relevância que tem, a Assembleia Municipal, não poderá continuar a trabalhar sob a forma do improvisado, sendo necessário e urgente que se tomem as devidas providências no sentido de dotar a mesma com serviços próprios, sugerindo que, a Mesa, diligencie junto da Câmara Municipal nesse sentido.

Manifestou, ainda, a sua congratulação pela recente publicação do Boletim Cultural do Município de Aveiro, salientando que, se ao mesmo for dado carácter administrativo e informativo da legislação e das decisões, relevantes, tomadas pelos órgãos da gestão autárquica, seria a forma de incentivar a vida e a participação autárquica, não só dos munícipes como de todos os órgãos autárquicos do concelho.

Relativamente à desordenada forma de transitar na Rua do Clube dos Galitos, apelou para o executivo no sentido de que, para obviar a tal situação, sejam tomadas as medidas necessárias, bastando para tanto, que se proceda à pintura do pavimento, demarcando as faixas de rodagem ali existentes.

Face ao previsto na lei 79/77, no concernente à indicação do membro desta Assembleia Municipal para representar a Assembleia Distrital, de entre os Presidentes de Juntas de Freguesia, alertou a Mesa para o efeito, tendo sido informado, pelo Presidente da Mesa que, tal indicação tinha sido já efectuada, pois que, os Presidentes das Juntas de Freguesia, tinham feito, entre si, a respectiva eleição, seguindo-se breve troca de impressões relativamente à interpretação da citada lei.

Finalmente, solicitou esclarecimentos relativamente aos critérios de avaliação para atribuição de casas dos concursos que estão abertos.

De imediato, tomou a palavra o Vogal Fernando Almeida e Silva, para se reportar à omissão verificada na acta nº 10, da resposta dada pelo Presidente, em exercício, relativamente à questão que colocou no que respeita ao tratamento das águas e que, face à resposta dada, considerou insuficientes os esclarecimentos prestados. Mais salientou, que qualquer Câmara que distribua água deverá ter um laboratório devidamente equipado e técnicos ao seu serviço, para, diariamente, procederem à devida fiscalização da água, e, sempre que surjam situações de impotabilidade da água, tomem as devidas providências no sentido de as ultrapassar.

Dado que a verificação da qualidade das águas distribuídas pelos Serviços Municipalizados é efectuada pela Delegação de Saúde de Aveiro, o mesmo Vogal deu nota dos resultados das verificações ocorridas nos últimos cinco anos, para o que distribui várias fotocópias de análises efectuadas por aquela Delegação, onde constam elevados números de análises de água bacteriologicamente imprópria e por excesso de cloro. Após ter referido tal situação, conclui que a Câmara Municipal não tem distribuído água potável, perguntando quais foram as medidas tomadas após ter sido dado conhecimento destas análises e qual foi o elemento da Câmara que recebeu tais informações, criticando tanto a Câmara como a Delegação de Saúde por não terem alertado a população de tais situações.

Dado que o tratamento das águas continua a ser o mesmo até então utilizado, mais perguntou o mesmo Vogal, qual a solução que a Câmara vai dar a tão graves problemas.

Relativamente ao sector do trânsito e concretamente no que se refere aos semáforos, quis saber, o mesmo Vogal, que estudo de cobertura técnica fez a Câmara para prestar a devida assistência a eventuais avarias dos mesmos, apontando, ainda, algumas lacunas de que os mesmos enfermam. Ainda no âmbito do trânsito, alertou a Câmara para a necessidade de reposição de passadeiras dado que, grande parte das anteriormente existentes, está totalmente imperceptível.

Concluindo a sua intervenção, referiu a resposta, incompleta, dada pelos Serviços Municipais de Habitação, quando a bancada do PSD, através de requerimento, perguntou qual o critério em que a Câmara se baseava para a atribuição de casas e que elementos da Câmara verificam, no lugar, as informações dadas pelos funcionários. Considerando não ter sido dada resposta à parte final da pergunta solicitou que, a mesma, fosse devidamente esclarecida.

Também no uso da palavra, o Vogal Gilberto Madail começou por se referir a uma proposta apresentada pela bancada do PS no sentido de a Câmara apresentar uma solução, de carácter provisório, para o escoamento do trânsito

oriundo das praias da Barra e Costa Nova que, principalmente na época estival, provoca grandes problemas de tráfego no centro citadino.

Após tal alusão e, porque só através da imprensa se teve conhecimento da solução encontrada e, ainda, porque o teor da referida proposta determinava que a mesma fosse apresentada a esta Assembleia, criticou a Câmara Municipal por assim não ter procedido, manifestando, no entanto, a sua congratulação pelo facto de ter sido estudada e encontrada solução para tão grave problema.

Em face do exposto, solicita esclarecimentos sobre o tipo de solução encontrada.

Ainda no uso da palavra, o mesmo Vogal ao abordar o problema da sinalização semafórica, concretamente nos cruzamentos da estrada 109 e nomeadamente no cruzamento do Eucalipto, sugere que se proceda a alterações no sentido de dotar o mesmo das melhores condições de tráfego para os utentes, dado que, em sua opinião, o actual sistema não oferece quaisquer condições de segurança, responsabilizando publicamente, a Câmara Municipal de Aveiro por futuros acidentes que resultem da má sinalização em termos de semáforos.

De imediato, o Vogal António Granjeia, no uso da palavra, ao tecer algumas considerações relativamente à sinalização semafórica refere que, grande parte dos acidentes ocorridos nas zonas acima citadas, são consequência do não cumprimento do código da estrada.

No entanto, e porque a visibilidade das cores, em determinadas horas do dia, se torna difícil por excesso de claridade, sugere que, os mesmos sejam protegidos por placas na sua rectaguarda e ainda, que nas proximidades dos mesmos seja colocada a devida publicidade da sua localização.

Neste momento, abandonou a sala o Vogal António Sancho.

Imediatamente a seguir, tomou a palavra o Vogal Carlos Candal para se pronunciar sobre a morte do Dr. José Pereira Tavares, distinta figura no ensino e na cultura do nosso concelho, tendo sido um republicano democrata, coerente e corajoso.

Como prova de homenagem, mais argumentou, o mesmo Vogal que, se fosse proposto um voto de pesar pelo seu falecimento, estava convicto de que, tal atitude, seria alvo de aprovação, por unanimidade, por parte desta Assembleia Municipal.

No seguimento da intervenção daquele Vogal, o Presidente propôs que fosse prestada homenagem postuma àquele insigne aveirense, com um voto de pesar, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

De imediato, o Vereador Eng^o Sequeira Pereira, na qualidade de Presidente da Câmara, em exercício, passou a prestar os esclarecimentos solicitados pelos Vogais que usaram da palavra.

Alcely .10
[Handwritten signature]

Relativamente à morte do Dr. José Pereira Tavares, informou que, por deliberação da Câmara, e por unanimidade, iria ser dado o seu nome a uma das ruas da cidade.

Entretanto, deu entrada na sala o Vogal Manuel Rodrigues Simões e saiu o Vogal António Coelho e Silva.

Ainda no âmbito dos esclarecimentos prestados e no concernente à ocupação da via pública, o Vereador Sequeira Pereira considerou que, tal situação é sintoma de progresso e que, os transtornos provocados por tais obras serão transformados em benefícios para os munícipes deste concelho.

Relativamente à reposição de pavimentos, considerou ser tarefa difícil, porquanto, não tem sido possível coordenar, com os demais sectores, a execução dos vários tipos de obras a levar a cabo.

Das várias questões postas no concernente a problemas de trânsito, refere que, a solução adoptada para as paragens dos autocarros, foi a que melhores resultados produziu, concretamente no que se refere à fluidez do mesmo, salientando, ainda que, para obstar à reduzida capacidade de estacionamento na zona da Estação dos Caminhos de Ferro, estão encetadas as negociações com a C.P., no sentido de se concretizar o projecto da abertura de um novo arruamento, paralelo, à linha dos Caminhos de Ferro, situado entre a Passagem de Nível da Forca e a citada estação tendo, ainda, como objectivos reduzir o tráfego na Av^a Dr. Lourenço Peixinho.

Relativamente à reposição de passadeiras e pintura de pavimentos, refere que tais obras estão a ser alvo de tratamento adequado. No que se refere à sinalização semaforica, salienta que, grande parte dos acidentes aí ocorridos, são provocados pelo desrespeito dos sinais de trânsito pelos automobilistas, e que, a solução encontrada para o cruzamento do Eucalipto, que produziu efeitos benéficos, será aplicada nos demais cruzamentos existentes na Variante.

Concordando com as preocupações manifestadas pelo Vogal Rocha Andrade no que se refere à criação de apoios logísticos na BOP-2, em S. Jacinto, para socorrer embarcações em situações de iminente naufrágio, salienta que, deveria ser a Assembleia Municipal a tomar a iniciativa de alertar as entidades competentes para tal lacuna.

Reportando-se à proposta da criação de uma Secretaria da Assembleia Municipal, entende que, se tal for proposto à Câmara Municipal, esta não deixará de a apoiar.

Face às considerações tecidas sobre o Boletim Municipal, salienta que ao mesmo foi dado teor cultural dado que, a actividade da Câmara Municipal está expressa tanto nas actas da Câmara como da Assembleia Municipal.

.11.

No que se refere às questões formuladas ligadas aos critérios de avaliação para atribuição de casas, informa que, tal assunto, foi alvo de discussão em reunião de Câmara e que, após troca de impressões, foi deliberado constituir uma Comissão, formada pelos Vereadores Portugal da Fonseca e Custódio Ramos, para elaborarem uma ficha inquérito, para que, posteriormente, se proceda a inquérito a todos os candidatos a habitação social.

Abordando as questões postas sobre a distribuição domiciliar de água e a sua potabilidade, informa que o panorama exposto não é tão mau quanto se possa imaginar, porquanto são feitas as devidas análises, tanto pela Delegação de Saúde como ainda pela Universidade de Aveiro. Sobre este aspecto, mais informou que, após análise ao principal furo de abastecimento de água ao concelho, se constatou possuir a água excesso de sal, e que tinham sido tomadas as necessárias providências.

De imediato, tomou a palavra o Vogal Carlos Candal, para apresentar protesto pela insinuação feita pelo Vereador Sequeira Pereira de que os Aveirenses não têm civismo, e que tal não corresponde á verdade, porquanto, os Aveirenses são inconformistas com o que não está correcto, tendo sido corroborado pelos Vogais Gilberto Madail e Ulisses Manuel.

O Vogal Gilberto Madail, de novo no uso da palavra, solicitou esclarecimentos relativamente às soluções encontradas para o problema dos semáforos no cruzamento do Eucalipto.

Também o Vogal Ulisses Manuel voltou a tocar algumas questões por si anteriormente postas e às quais não tinha sido dada resposta correcta, nomeadamente a questão sobre a ocupação, indevida, da via pública, a solução para o estacionamento junto à Estação dos Caminhos de Ferro, e, quais as possibilidades para atenuar o desnível de piso existente na Passagem de Nível junto ao Pão de Açúcar, e ainda, relativamente à fluidez de trânsito, resultante da solução encontrada para as paragens de autocarros, solicitou o fornecimento de cópia das estatísticas existentes.

Imediatamente a seguir, o Vogal Rocha Andrade foca os distúrbios provocados pela ocupação da via pública, que não justifica o mau estado do piso da Rua Dr. Alberto Souto e que, a grandiosidade das obras não se vê pelas suas dimensões, discordando, portanto, com a implantação de edifícios de elevada envergadura em zonas que não estão dimensionadas para os comportar.

Quanto à actividade da Câmara ser ou não de carácter político, refere o mesmo Vogal que, estando a Câmara em diálogo permanente com a Força Aérea para a instalação de um Terminal Aéreo em S. Jacinto, terá que travar idêntico diálogo para que aquela base aérea seja dotada de um helicóptero puma.

Relativamente à proposta sobre a criação de uma secretaria da Assembleia Municipal e à resposta dada, referiu que, deverá ser a Câmara a propôr tal situação a esta Assembleia, porquanto assim o determina a Lei 79/77.

Quanto ao Boletim Informativo, refere que aquele que preconizou não tem carácter cultural, mas sim um Boletim de carácter informativo da legislação que vai sendo publicada e de tipo administrativo, admitindo, no entanto, que ao Boletim Cultural fosse aditado uma adenda de carácter informativo.

Também no uso da palavra, e no seguimento das informações prestadas, a Vogal Maria Fernanda Neves, solicitou esclarecimentos relativamente aos critérios de avaliação para atribuição de habitações sociais, dado que, os anteriormente prestados, careciam de profundidade.

Relativamente ao problema dos semáforos, e por estar confrontada com situações de risco, não por negligência mas sim por falta de sincronização dos mesmos, sugere que se proceda ao devido ajustamento, corroborando as preocupações evidenciadas pelo Vogal António Granjeira relativamente à falta de visibilidade das cores dos citados semáforos.

De novo no uso da palavra, o Vereador Sequeira Pereira, apresentou alguns esclarecimentos relativamente às dúvidas suscitadas nos critérios de avaliação para efeitos de atribuição de habitações sociais, referindo que, através dos inquéritos e baseados nos termos legais, para o efeito, será atribuída a respectiva pontuação a cada concorrente.

Em complemento às informações prestadas pelo Vereador Sequeira Pereira no capítulo da Sinalização Semafórica, tomou a palavra o Vereador Vitor Silva para prestar alguns esclarecimentos de índole técnica.




Encerrado o período de antes da ordem do dia, o Presidente da Mesa pôs à votação a proposta apresentada pelo Vogal Ulisses Manuel, que consiste em manifestar, junto da Comissão Organizadora da Exposição "CEM ANOS DE ARTES PLÁSTICAS", o seu voto de louvor pelo alto nível cultural da citada exposição, tendo a referida proposta sido aprovada por unanimidade.

Ainda no uso da palavra, o Presidente, ao referir a intervenção do Vogal Rocha Andrade relativamente à falta de meios de salvação instalados na Base Aérea de S. Jacinto, para socorrer eventuais naufrágios na Barra de Aveiro, pelas fracas condições de navegabilidade que esta oferece, informou que a Mesa iria manifestar, por parte deste órgão e junto das entidades competentes, o seu protesto.

Relativamente à indicação do membro desta Assembleia Municipal, de entre os Presidentes de Junta de Freguesia, para representante na Assembleia Distrital, o Presidente informou que, através de eleição de entre os Presidentes das Juntas de Freguesia tinha sido eleito como representante, o Vogal Fernando Augusto de Oliveira. Mais informou que, tal metodologia, resultou da sua interpretação ao disposto na Lei nº 79/77, de 25 de Outubro.

Dado o adiantado da hora, o Presidente deu por encerrados os trabalhos, tendo sido marcada nova reunião para o dia treze de Abril, próximo.

Eram zero horas e trinta minutos.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta de tudo quanto se passou e que, no que for omissa, melhor poderá ser confrontada pela gravação que foi elaborada, e que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários, depois de ser subscripta por mim,   
Chefe da Secretaria da Câmara Municipal de Aveiro.

Francisco
